

Sarney acha distrital fator de estabilidade

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Como presidente do PDS, obriga-se o senador José Sarney a uma série de posturas que, se, de um lado, pelo exercício do diálogo, contribuem para o encontro de soluções políticas positivas, de outro, o inibem para a defesa de teses e posições pessoais que, em seu raciocínio, serviriam também para o aprimoramento institucional. É mais ou menos um drama que vive o senador pelo Maranhão, constituindo exemplo claro o problema do voto distrital. Para ele, há anos dedicado ao estudo da matéria, trata-se da melhor solução para que se fortaleçam os partidos e, por meio deles, se possa exercitar o poder civil, base indispensável à afirmação dos regimes democráticos. Possuindo, inclusive, um projeto a respeito, Sarney entende que apenas por meio do voto distrital poderemos abandonar clima e posturas de insegurança e casuismo, diante do desenrolar do processo político. Se extinto o voto proporcional, e divididos os Estados em distritos eleitorais, onde cada partido apresentaria o seu candidato a deputado federal e a deputado estadual, em breve se consolidariam os partidos, pois tudo se canalizaria para eles, como instituições, e não para figuras ou líderes específicos, bem como, em paralelo, se afastaria o fantasma do voto ideológico. Até para ele, de modo geral, os votos ideológicos são dispersos, colhidos em regiões distintas, e, no caso das esquerdas, tem sido delas que provêm os fatores de desestabilização dos regimes. Não é de graça, comenta, que a França, os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha Ocidental possuem as democracias mais aperfeiçoadas do Planeta. Lá, as investidas radicais, da esquerda e de outros setores afins, inclusive a direita, ficam amortecidas e reduzidas à sua expressão mais simples, não chegando a perturbar o quadro. Por coincidência é que não será que, em todos os países citados, vigora, há muito, o voto distrital.

Mesmo sem tecer considerações públicas a respeito, dada a sua condição de presidente do PDS, José Sarney não vê outra saída para que se afirme o processo de institucionalização nacional,

bipartidário e, também, pelos condicionamentos das velhas roupagens do regime. Agora, seria inócuo que se estabelecesse a sublegenda nos planos estadual e federal. Um candidato a governador, por determinada legenda, precisa inicialmente dar provas de capacidade de somar, unir e congregar os seus partidários, após as disputas naturais pela indicação. Vale o mesmo para os aspirantes ao Senado. Em seu julgamento, um fôndeme no ainda atual é o de que os políticos se desacostumaram de fazer política, de conversar e ceder, buscando áreas comuns de interesse. Tem esperança de que isso possa acontecer e que os partidos se formem e busquem nas respectivas bases a sua sustentação.

mas, pessimista, não identifica hoje condições factuais para sua implantação. Na própria legenda oficial, são inúmeros os grupos infensos ao voto distrital, em muitos casos levados a essa posição por motivos pessoais. Nas oposições nem se fala, pois o tema é considerado tabu ou sacrilégio. Com efeito, não cresceriam esses partidos, no sistema em pauta. Dessa forma, a menos que sobrevenha em tempo útil uma reviravolta, o distrital não será instituído, e as alternativas abertas não esgotam o potencial de crise e de perigo para o regime.

Estivesse fora da direção do partido oficial e Sarney estaria, há muito, buscando convencer os companheiros da oportunidade do voto distrital, como fator de estabilidade de política, mas confia em que o seu pessimismo poderá reverter, no próximo ano, se a tanto forem levadas as forças partidárias.

Outro ponto de vista que sustenta, pessoalmente, diz respeito à sublegenda: ela se justifica para o plano municipal, onde, na sua ausência, pequenos setores poderão manipular a vontade da maioria. Para governador e senador, porém, exprime uma aberração, justificável no passado pelo sistema